

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES QUE PERMEIAM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (RMG)

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin – UCG

QUEIROZ, Edna Mendonça O. de – UCG

ANDRADE, Maria Dalva Pereira e – UCG

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

Este texto tem o propósito de mapear as concepções de juventude e os *modos de educar* delas decorrentes encontrados nos discursos institucionais do poder público municipal da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) no estado de Goiás, mediante a análise das falas dos gestores vinculados às políticas de educação, assistência social, saúde, cultura e outras instâncias governamentais que desenvolvem ações, programas e projetos direcionados a segmentos juvenis da população¹.

Tomando como referência o conceito de política pública, procura-se apreender as concepções presentes no âmbito do poder público municipal no tocante aos diversos modos de conceber o que é ser jovem e como *educá-lo*. Parte-se do pressuposto de que a compreensão das políticas públicas de juventude requer reflexão sobre as concepções que definem, orientam e ressignificam as ações, os programas e os projetos que visam fazer intervenções *educativas* e de *assistência* junto aos jovens (Sposito, 2003).

As políticas públicas desenvolvidas pelo poder municipal direcionadas aos segmentos juvenis são, no âmbito estrutural, expressões do *Estado em ação*, atendendo às necessidades e aos anseios de setores específicos da sociedade. Segundo Höfling (2001, p. 31), devem ser compreendidas como “as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” (grifo da autora). Assumem *feições* diferentes, implicando pressupostos, conceitos, proposições políticas, concepções de mundo e materialidade de ações, programas e projetos que combinam diversas estratégias resultantes da correlação das forças políticas envolvidas em um tempo definido de gestão.

¹ Este texto faz parte das análises dos dados da pesquisa *Juventude, escolarização e poder local*, realizada em nível nacional em nove regiões metropolitanas do país, coordenada nacionalmente pelos professores doutores Marília Sposito (USP) e Sérgio Haddad (PUC-SP). Na RMG, dos onze municípios, quatro foram pesquisados atendendo ao critério da maior densidade demográfica.

De acordo com o objetivo proposto, o texto apresenta três partes. A primeira pontua, de forma sucinta, aspectos sociais e econômicos da RMG e os desenhos institucionais das ações, programas e projetos relacionados aos segmentos juvenis. A segunda, tendo como referência os discursos institucionais dos gestores, identifica as concepções de juventude que coexistem na esfera pública municipal com o poder de subsidiar as atividades educativas e assistenciais destinadas aos jovens. Por fim, apresentam-se as considerações gerais.

1 Aspectos da RMG e das políticas públicas municipais destinadas aos jovens

A constituição da RMG ocorreu nas últimas décadas, quando o estado de Goiás sofreu mudanças estruturais significativas. A modernização da agricultura, o expressivo esvaziamento do campo e o êxodo rural produziram um incremento populacional nas áreas urbanas, sobretudo, no espaço da Grande Goiânia e do Entorno de Brasília.

Em termos produtivos e sociais², Goiás apresenta um cenário que se assemelha a um mosaico: algumas áreas ostentam grande produtividade decorrente da monocultura mecanizada, outras subsistem na forma de produção tradicional; também, há zonas de manifesto inchaço populacional, e outras são rarefeitas ou vazias (Estevam, 2000). Estas mudanças também se configuram na demografia. Em 1996, Goiás tinha 4,5 milhões de habitantes; o Censo de 2000 indica o incremento de mais de 300 mil habitantes. Cabe destacar que 31,4% dos habitantes têm menos de 14 anos de idade e 30%, de 15 a 29 anos. A maioria quase absoluta da população goiana concentra-se no Entorno de Brasília e na RMG, e a grande maioria dos municípios tem uma população de até 20 mil habitantes que subsistem de atividades agropecuárias. A população do município de Goiânia, somada à população dos dez outros municípios que formam a RMG, atinge um total de 1.636.705 habitantes (Agenda 21, 2003).

A região metropolitana é polarizada pela cidade de Goiânia por ser a capital do estado, localizar-se no centro do país e constituir-se como cidade-entreposto das várias regiões do estado. A cidade expandiu-se em seus setenta anos de existência, alterando substancialmente o projeto urbanístico proposto, destinado a uma população de 50 mil habitantes. Atualmente, a cidade abriga 1.093.007 habitantes. Desse total, 21,98% encontram-se na faixa etária de 15 a 24 anos.

² Segundo os dados publicados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (Goiás, Seplan, 2004) em 2001, 47,44% da renda era originária do setor de serviços, 17,54% da agropecuária e 35,03% da indústria.

Os municípios pesquisados – Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo – têm as marcas dos condicionantes estruturais do processo de urbanização. A consolidação da RMG na década de 1990 fez-se pela constituição de Goiânia como metrópole regional, que tem recebido um contingente significativo de pessoas em busca de trabalho, de saúde, de educação e de serviços em geral. Estudos de Moysés (2004) sinalizam que a taxa de urbanização da RMG se situa acima de 90% e que do total de pessoas com 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam nos municípios pertencentes a RGM, 80,4% realizam essas atividades na cidade de Goiânia. Esse fluxo orientado, sobretudo, em busca de trabalho e de educação indica que os municípios gravitam em torno da capital. O crescimento urbano desordenado tem gerado maior pressão sobre o poder público goianiense para responder às demandas sociais diversas. Nesse sentido, também, os problemas sociais como de transporte urbano, de saúde, de habitação e de educação não são específicos de cada município, mas de toda a RMG.

O levantamento preliminar das ações, programas e projetos³ possibilitou identificar certos desenhos institucionais que expressam, embora de forma abrangente, aspectos que estão sendo configurados nas políticas públicas destinadas à juventude. As informações obtidas por meio da investigação realizada possibilitam apresentar certas indicações:

- a) diversificação das atuações dos municípios estudados;
- b) acentuada dispersão das ações, projetos e programas que atendem ao segmento juvenil;
- c) maior densidade de atuação do poder público no município de Goiânia, que se manifesta em termos quantitativos e qualitativos;
- d) ações, projetos e programas, em sua maioria, concebidos e implementados pelo poder público municipal;
- e) índice de participação do público destinatário de 36,7%;
- f) ações do poder público municipal no conjunto da RMG realizados, em sua maioria, com recursos próprios, com reduzida participação da sociedade civil e nenhum recurso advindo de organismos internacionais;

³ Esse levantamento consistiu na primeira etapa da pesquisa de campo e foi realizado de junho a dezembro de 2003. A sistematização ocorreu até dezembro de 2004.

- g) concentração no município de Goiânia do número maior de projetos e presença de parceiros diversos da sociedade civil, como organizações não-governamentais (ONGs), fundações, empresas, associações e universidades;
- h) de um modo geral, ações existentes foram concebidas e executadas durante a gestão 2001-2004, o que delinea um quadro pouco consolidado que se reflete no funcionamento dos programas;
- i) Goiânia e Trindade contam com assessoria exclusiva para atender às demandas juvenis e apresentam diferentes dinâmicas de atuação.

2 Concepções de juventude, *modos de educar e assistir os jovens nos discursos dos gestores*

Pretende-se, nesta parte do texto, mapear as concepções/representações dos gestores vinculados a ações, projetos e programas que anunciam intervenções do poder público quanto à pretensão de interferir na formação, de forma educativa e/ou assistencial, de um segmento específico: os jovens.

O poder público municipal, como campo de forças e relações sociais, é marcado por um conjunto de mediações institucionais e de aparelhos burocráticos que delimitam o exercício da política, e se expressa em uma multiplicidade de espaços e de lugares sociais nos quais se constroem lutas e enfrentamentos de grupos, classes e sujeitos diversos. No exercício do poder, temporalmente delimitado pela periodização da gestão, estão em jogo a conjunção de forças, os interesses, as forças partidárias que se agregam e se atritam, e também as concepções de mundo dos gestores que se movimentam para implementá-las. Os espaços sociais constituem-se, ainda, em campos educativos, à medida que permitem a expressão e a apreensão de modos de vida coletiva. Como a família e a escola, as *agências institucionalizadas* que desenvolvem as ações, buscam *formar* os jovens, permeadas pela dinâmica do poder público.

A premissa sociológica de referência para descrição das diferentes concepções sobre juventude, presentes nos discursos nos gestores públicos, é que vida social não existe antes, mas simultaneamente às representações que dela fazem os homens. Nesse sentido, há a compreensão de que a vida social é constituída por agentes e suas práticas sociais, permeadas pelas representações ou concepções que elaboram. Os agentes são eminentemente ativos e atuantes e, na relação com as posições sociais que ocupam, produzem representações e práticas em um processo dinâmico.

Representações sociais, genericamente, são modos de pensar, são concepções de mundo, discursos, imanentemente constitutivos da forma como os agentes produzem suas condições históricas de existência. Como pontua Lefort (1983), a diversidade das matrizes de representações existentes expressa visões de sociedade e é produto de uma elaboração coletiva reciprocamente articulada e, ao mesmo tempo, díspar. Assim, não são falsas ou verdadeiras, mas no sentido apresentado por Lefevre (1983, p. 55), são “ao mesmo tempo falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas aos problemas reais e falsas na medida que dissimulam objetivos reais”. Constituem-se, como conteúdo dos sistemas simbólicos, em instrumentos estruturantes da comunicação e de conhecimento e têm o poder de condicionar os objetos que nomeiam. Permeando os diferentes campos, tendem a expressar formas de relações de poder, bem como significações sobre o espaço e o lugar dos agentes, qualificando ou não a natureza de suas presenças e definindo as possibilidades e os limites de suas ações.

Tendo como referência essas digressões conceituais e as informações obtidas pela pesquisa, é possível visualizar divergências de concepções entre os próprios municípios e entre os campos de atuação (assessoria da juventude, educação, assistência social, saúde, esporte e lazer, e cultura). Em decorrência, procurar-se-á tratar cada município na sua singularidade, tendo como recurso a análise das concepções nos campos referidos.

Em Aparecida de Goiânia, os dois principais projetos relacionados à condição juvenil estão alocados nos campos do esporte e lazer e da assistência social. A análise das concepções presentes nas falas dos gestores permite perceber que, no campo do esporte e lazer, predomina a concepção do jovem *muito carente*. A existência do projeto está vinculada à necessidade de lazer, de diversão para o jovem. Na perspectiva da *carência*, os recursos públicos, como afirma o gestor, são destinados a práticas que possam levar “o garoto a conhecer o mundo esportivo e os mundos religiosos, ensinando [ainda] política e religião”. Os ensinamentos da política referem-se a informações sobre o cotidiano do município como “saber o nome do prefeito, da primeira dama e dos vereadores”. Com essas ações, considera-se que “se não fosse o nosso projeto seria um garoto pacato (...) ele vai crescer mais desinibido. Nossos instrutores cobram deles melhor desempenho escolar e boa educação com os pais”.

No campo da assistência social, a gestora responsável pelo projeto Sentinela, programa específico de transferência de recursos do governo federal, compreende que “a juventude tem muitas oportunidades” mas, “poucos aproveitam devido à falta de

incentivo familiar”. A incapacidade de os jovens apropriarem-se das oportunidades é relacionada à família “que se encontra um pouco desestruturada, (...) a mãe tem que sair para trabalhar, ela é chefe de família, esta que por sinal mudou muito.(...) a maioria não dá acompanhamento necessário para os filhos, que ficam perdidos”. Associando a existência de oportunidades e a falta de assistência, em decorrência da desestruturação da instituição familiar, a fala da gestora sinaliza que o poder público tem assumido mais o seu papel “porque as denúncias aumentaram”. Esse conjunto de fatores demarca o discurso da gestora: “que os jovens devem ser despertados, mais conscientizados, estimulados e não estão aproveitando bastante o espaço que têm por falta de informação e de formação”. O atendimento aos jovens, nessa perspectiva, manifesta-se em uma lógica em que eles se tornam alvo de assistencialismo, que reforça a idéia da carência, seja de bens materiais, seja de bens instrucionais (falta de informação/formação) que justificam a necessidade de intervenção do poder público no sentido de “conscientizá-los” e, assim, resguardá-los das “anomalias sociais”.

Na cidade de Trindade, o discurso institucional que anuncia concepções sobre jovens tem como *locus* a Secretaria de Educação e Cultura e a Superintendência da Juventude. No primeiro, o projeto desenvolve atividades artísticas ligadas a uma ONG – Grupo Desencanto – no qual o jovem é percebido, segundo o coordenador do programa, como “uma grande força (...), está cheio de energia e precisa se expor, mas estas coisas nem sempre são bem-vindas. A juventude nem sempre é valorizada, respeitada”. Entendido como energia, força, o jovem é aquele que tem “vida própria e não adianta você querer ir contra isto, esta vida própria é uma questão de energia, de coração, de vivência”. Para o gestor entrevistado, a cultura, a arte e o esporte são possibilidades para os jovens constituírem-se, entretanto, assinala: “no nosso município isto é pouco valorizado. Vamos resumir numa coisa: juventude dá voto? Entendeu né?”. Cabe ressaltar que o entrevistado pertence a uma ONG, parceira do poder público municipal, e ao referir-se à juventude entende-a relacionada à energia, à autonomia, à criação, enfim à cultura de uma maneira geral.

Na Superintendência da Juventude, cujas atividades estão voltadas para realizações de eventos e que desenvolve o projeto Semear Consciência, estão presentes, na fala do gestor, expressões como o “os jovens são o futuro do amanhã (...), acho que devemos lutar pelos nossos direitos de maneira responsável, consciente, de forma certa, respeitando os bons princípios”; emerge, ainda, a idéia de que a juventude é uma fase da

vida na qual necessariamente se vivenciam “situações de riscos”. A gestora que organiza a Semana da Juventude assim se expressa:

a juventude é uma fase da vida. É na juventude que as pessoas entram no mundo das drogas, coisa que vai agravar a vida deles no futuro. Nos eventos, a gente faz campanha contra as drogas. Então, a gente tem que conscientizar a nossa juventude (...). Tem que ter um trabalho mais presente, tem que ter mais cuidado. (...) Nós fizemos o primeiro Carná-Trindade, que foi arrecadação de alimentos, também, abrindo a cabeça do jovem para ser mais solidário (...).

Compreendida como fase da vida, a juventude é percebida como fadada ao risco, e as expressões prevenção, cuidado e conscientização (*abrir a cabeça*), sobretudo no combate ao uso de drogas e a violência, assumem centralidade nas falas que anunciam intervenções assistenciais para minimizar o que qualificam de problemas sociais e morais decorrentes da situação de pobreza e exclusão social. Em razão dessa concepção, as ações públicas orientam-se para eventos em que os jovens são chamados a participar, no espaço da ordem instituída.

Em Senador Canedo, é possível identificar majoritariamente concepções originárias de programas e projetos de transferência de renda do governo federal alocados na Secretaria de Valorização Humana, Social e Trabalho e na Secretaria da Educação. Na lógica da implementação, os gestores como agentes sociais, fazem adequações, realizam práticas e intervenções nos agrupamentos juvenis, e as reinterpretações utilizando o crivo do senso comum, supondo conhecê-las. A gestora do programa Sentinela, desenvolvido pela Secretaria de Valorização Humana, afirma que “trabalha com a concepção de uma juventude consciente, mas muitas vezes consciente de seus direitos e não de seus deveres”. A expressão *uma juventude consciente de direitos mas não de deveres* aparece associada a uma imagem de “família conflitiva nas relações entre pais e filhos, diante de uma família que vem sofrendo transformações”. A imagem de jovem com direitos emblematicamente vincula-se, sem nenhuma crítica, à idéia do protagonismo juvenil, intrínseca ao programa. Na interpretação da gestora, “eles [os jovens] são os maiores autores desse projeto que é levado a eles”. Em sua concepção, estão presentes o papel, a responsabilidade do município na execução do programa e as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Brasil, 2004), como instrumento de regularização do atendimento. A gestora do programa Sentinela assinala:

O Sentinela trabalha na área preventiva, na comunidade, por isso a gente fala muito com a sociedade civil, com a associação de bairro, escolas, agentes de saúde, pois são eles que detectam e verificam a realidade da criança e do adolescente. A área preventiva é fundamental, qualquer programa social (...) deve estar lá na base da família.

O discurso da gestora do Peti afirma que a parcela de jovens com os quais o programa atua são de risco social e que, portanto, “trabalham no resgate da auto-estima, resgate do que ele [o jovem] não teve na infância. Ele começa a trabalhar muito cedo, então, é para ajudá-lo a ter aquela infância perdida. É [ainda] uma maneira dele ter um reforço escolar”. Simultaneamente, ao afirmar que o programa lida com jovens *que tiveram a infância perdida por começarem a trabalhar cedo*, a gestora recorre à imagem de jovens ociosos. Considera que existe no município uma “quantidade muito grande de jovens ociosos e que o poder público não está atingindo toda população”. Entretanto, apesar dos limites, entende que os diversos programas e projetos “estão conseguindo que eles realmente cresçam e desenvolvam nas notas, no aprendizado e também promovam a família (...). Esses trabalhos são de risco social e a gente está resgatando o jovem e a família”. Nas falas apresentadas identifica-se, genericamente, a concepção de juventude como *fase da vida* que, no caso específico dos jovens das camadas populares, é percebida como vinculada ao risco social, em virtude da situação de carência e pobreza, exigindo intervenção educativa da família com a mediação do Estado. Em outros termos, a família, como instituição educativa e de proteção social, não exerce com eficácia sua função – *por estar desestruturada* – cabe, então, ao poder público, fazê-lo.

Na Secretaria Municipal de Educação, é possível identificar concepções mais organicamente relacionadas ao campo da arte e cultura. “Acho que os jovens querem espaço, eles estão querendo uma oportunidade. Estar se expressando, passando experiência do que gostariam que o pessoal fizesse com eles, algum trabalho (...). Falta muita coisa para eles, não têm lazer. O lazer deles são os bares, as vezes a esquina, chega lá e se envolve com bebidas e drogas”, afirma a gestora do programas Arte e Cultura na Escola e Comunidade, e Sexta Cultural.

Na cidade de Goiânia, as concepções expressam maior diversidade em relação à temática. Identificam-se campos simbólicos distintos que informam as concepções que alimentam as ações, os programas e os projetos. Percebem-se certas diferenças e homogeneidades quando se consideram os campos da cultura, da educação, da assistência social, da saúde e da assessoria especial da juventude.

As falas dos gestores ligados à assessoria da juventude de Goiânia revelam que as concepções sobre a juventude aproximam-se das formuladas no campo acadêmico. No discurso anunciado por dois gestores, relatados em seguida, é possível constatar essa afirmação. O primeiro gestor diz:

Não dá pra falar de juventude considerando todos os jovens de uma só forma. É preciso considerar que há uma diversidade grande de juventude, uma pluralidade, daí falar em juventudes e não em juventude, sendo isto, fruto das várias condições de vida que os jovens possuem. A juventude ou as juventudes têm em comum serem um segmento que está numa fase especial da vida, fase de questionamento do mundo (...). É uma fase privilegiada, de formação, principalmente dos valores. (Gestor da Assessoria da Juventude)

Um segundo gestor afirma:

Eu entendo que existem juventudes. (...) é o termo mais apropriado, porque hoje em dia existem várias tribos, vários tipos de jovens e infelizmente o poder público ainda não conseguiu atingir todos (...) porque a gente consegue ver muito o jovem estudante, o jovem Igreja e esquece os jovens que estão em outras tribos. Então devem ser trabalhados todas essas juventudes e principalmente o jovem que está excluído. (Gestor do projeto Expografite)

Os gestores anunciam a temática da juventude como ampla, complexa, a condição juvenil perpassada pela diversidade e pela pluralidade e têm o entendimento de que deve haver uma transversalidade na forma de gestar as políticas públicas juvenis envolvendo as áreas da cultura, da educação, da saúde, do lazer, etc. Estas concepções encontram-se no limiar do que se qualifica como representações instituintes de uma outra compreensão da realidade, no caso específico, do que significa ser jovem nas sociedades contemporâneas e como o poder público poderia desenvolver ações diferenciadas para esse segmento da população.

O campo da cultura, embora não disponha de programas e projetos exclusivamente voltados ao público juvenil, desenvolve ações que atingem especialmente esse segmento. As concepções presentes nas falas dos gestores aproximam-se da compreensão de que ser jovem constitui uma etapa da vida relacionada à energia, à utopia, à atuação político-social como também a diversidades de agrupamentos e identidades culturais presentes no espaço social. Um dos gestores observa que a juventude

é responsável por essa energia, essa utopia, essa vontade de fazer as coisas (...) então se não há juventude antenada, um despertar da sensibilidade crítica, um resgate dos valores culturais, resgate da cidadania, auto-estima bem trabalhada, pode-se passar batido, perder a juventude e não contribuir para a geração que está vindo atrás. (...) ela é de fundamental importância para aumentar a energia e o estímulo político social. (Gestor de Tendências Culturais)

Outro gestor desse campo avalia que a juventude é uma fase da vida, um processo de várias construções de identidades culturais e agrupamentos,

esses agrupamentos sociais que se localizam e se organizam na sociedade em busca de espaços, talvez por uma sanha, um emblema comum que é a utopia e a esperança de um mundo melhor, uma vontade de conseguir dominar as ferramentas que vão dominar o futuro do mundo. Ela é múltipla como é a sociedade, representa vários agrupamentos sociais dentro de suas várias realidades como os *punks*, os *hip-hops*, os excluídos, os intelectuais (...). (Gestor dos programas Goiânia em Cena e Casa da Cultura)

Em geral, no campo da assistência social, os programas e os projetos típicos de transferência de renda do governo federal apresentam concepções que os inspiram a perceber a forma como deve ser realizada a intervenção nos agrupamentos juvenis. O binômio *risco e proteção*, utilizado para promover a inclusão social aparece mediado pela legalidade do ECA e por um componente novo, típico do campo da assistência social, que ressalta o papel da família como ponto de partida e de chegada do conjunto de ações que o poder público deve desenvolver para implementar seus programas e projetos.

Uma das concepções presentes tem um componente psicologizante, por entender que o jovem dispõe de acentuadas potencialidades e que compete ao adulto orientá-lo. A presença da tutela do adulto justifica-se pelo argumento do caráter educativo que o poder público deve imprimir em suas ações. Afirma uma gestora:

O jovem é aquele que traz dentro de si um grande potencial que na verdade ele mesmo ignora e que cabe a nós enquanto adultos, com maior compreensão da realidade, auxiliar a descobrir toda essa potencialidade (...) um dos nossos objetivos principais é auxiliar o adolescente ou o jovem a encontrar dentro dele mesmo as respostas que na verdade muitas vezes ele busca externamente. (Gestora da Medida Sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade)

Constata-se, também, que de acordo com a orientação das concepções ditadas por programas e projetos de transferência de renda, os gestores, ao realizarem intervenções e práticas sociais, refletem e reinterpretam as formulações orientadoras sem, contudo, na maioria das vezes, disporem de tempo político para redesenharem suas ações. Conforme uma gestora assinala, o conceito de juventude está sendo redefinido no desenvolvimento das ações públicas:

para quem está atuando, é claro que ela [a concepção de juventude] é importante porque define as diretrizes ou o retrato de como se vai dar o programa. O programa que eu trabalho vem de Brasília, e só agora nós estamos participando de um momento de avaliação dos anos anteriores e até tentando mudar. A concepção já vem pronta e muito pouco você pode fazer. Embora o nosso programa em suas diretrizes fala em protagonismo infanto-juvenil, a gente pergunta: “o que é isto?”. (Gestora do programa Sentinela)

A gestora, em sua entrevista, além de mencionar a importância da participação dos jovens na construção de projetos e programas, destaca o papel do poder público no alargamento dos espaços de atuação dos jovens como categorias diferenciadas. Imbuída por uma concepção presente no campo da assistência social, situa a família como o espaço institucional mais significativo para a formação das identidades juvenis. A gestora salienta ainda que

o poder público tem um papel estimulador na criação de espaços de diálogos com a juventude (...) o jovem deve estar propondo coisas para o futuro do país. Ele [o poder público] é o agregador das várias juventudes, da classe média, da periferia (...) a gente

percebe que essas juventudes estão separadas, são diferentes (...). As políticas voltadas para a assistência social não podem dissociar o jovem da sua família, (...) quando a gente atinge a família a gente atinge a juventude (...). (Gestora do programa Sentinela)

Evidencia-se no campo da assistência social a subsunção do jovem à lógica de proteção da família – ele se salva se a família se salvar. Essa concepção de assistência social traz inovações em relação à política tradicional da assistência social, pois é diferente da concepção moralista que percebe os problemas dos jovens como decorrentes da desagregação familiar.

Às vezes, o gestor reproduz literalmente as concepções já formuladas pelo programa gerador:

A juventude é o período mais importante da vida, nesse período de 15 a 18 anos ele tem que ser muito orientado (...). Tem que ter capacitação na área de meio ambiente, saúde e cidadania. Tem que ter conhecimento de si, muita auto-estima, discutir temas como violência, Aids/DSTS, gravidez, só através desses temas a gente vai conseguir mudanças de comportamento. (Gestor do programa Agente Jovem)

Ainda está presente no campo da assistência social a concepção do jovem como sujeito de direitos, mesmo se for autor de ato infracional. O jovem que vive essa situação em um processo educativo deve ter oportunidades de reintegração e de ressocialização no espaço institucional familiar e, assim, poder exercitar a sua condição de sujeito de direitos. Na expressão da gestora da Medida Sócio-educativa de Liberdade Assistida, o jovem/adolescente em fase de desenvolvimento e em uma condição peculiar – ser ator de ato infracional – “tem a oportunidade de ressocialização, quer dizer melhor convívio com a família, oportunidade de ter um curso profissionalizante, oportunidade de voltar a estudar”. O projeto constitui-se na perspectiva de construção de uma rede de proteção, envolvendo segmentos diversos, governamentais e da sociedade civil, pois o jovem é *rejeitado pela mídia, pela sociedade*. “Não adianta trabalharmos isoladamente sem que haja uma junção estado, município e as ONGs, que tenham como objetivo a ressocialização do adolescente”, afirma a gestora.

A institucionalização do ECA parece ter acontecido com bastante força no campo da assistência social, e a família tornou-se, por excelência, o *locus* de inclusão social. O diferenciador na construção do discurso em relação à política de assistência social tradicional é a ressignificação do sentido da família que extrapola a perspectiva moralizante. O espaço institucional familiar é referido como aquele para o qual as ações devem ser dirigidas e, assim, parece prevalecer o entendimento de que *o jovem só se salva na família e vice-versa*. Uma gestora afirma: “A gente não trabalha com o jovem especificamente, e sim com a família, porém a orientação é que se perceba e trabalhe os

jovens como seres em formação e possuidor de desejos e sonhos que devem ser respeitados e orientados pelo ECA” (gestora do Programa Renda Mínima).

No campo da educação, as concepções relacionam juventude como uma etapa da vida que não é somente cronológica, pois pressupõe personalidades em formação e também sujeitos que se constroem em processos de mudança. Qualidades como ousadia, transgressão e descoberta são inerentes à condição juvenil. Salienta uma gestora: “A juventude não se limita à simples idade cronológica, é um estado de espírito, se refere também à personalidade do indivíduo. Ser jovem é ser capaz de ousar, de transgredir a ordem, de acreditar e de ter ideal” (gestora dos projetos Escola Vai ao Cinema e Mostra Pedagógica). Uma outra assim se expressa:

falando de faixa etária, a juventude vai da idade de 12 até 22 anos (...), sai da infância e está se concebendo como adulto, às vezes, age como criança, outras, como adulto. É uma fase importante porque estrutura a personalidade, entra em conflitos e vai amadurecendo. O jovem tem ritmo próprio, de descoberta e energia muito grande, de conflitos (...). Então é muito importante a ação educativa nesse momento. (Gestora de Arte-Educação)

Na esteira dessa concepção, duas gestoras ainda assinalam:

Acho que a juventude vai além da idade cronológica (...) ser jovem é todo o ser que tem uma flexibilidade de mudança, de se livrar dos preconceitos, de se sentir capaz e contente de participar de todas as ações da comunidade. (Gestora do Projeto Boa Visão).

Vejo a juventude mais que uma faixa etária da vida; juventude é um momento de descoberta, de integração, de articulação e, ao mesmo tempo, contraditório de desarticulação e desestabilização diante das condições materiais que têm hoje na nossa sociedade. (Gestora do Informática Educativa/Mídias em Educação)

No campo da saúde, é possível identificar concepções com componentes híbridos – ora a presença de vinculação entre idade cronológica e condição de ser jovem, quase como transição biológica, ora como fase de descoberta, de liberdade, de aprendizado de valores e de profissionalização para entrada no mercado de trabalho. Segundo a fala de uma gestora, “a faixa etária que nós consideramos juventude para se trabalhar começa em torno de 12/13 anos e vai até 25 anos. O jovem joga a liberdade como condição de ter e assumir algumas ações, no caso do nosso projeto envolve o sexo, então o jovem é muito vulnerável” (gestora do Cuide de seu Amor: Use Camisinha).

Na ótica do entendimento da juventude como transição, afirma uma outra gestora: “Eu acho que é uma fase de início da vida adulta e que é quando a pessoa toma contato realmente com as questões da vida adulta, com as responsabilidades que requer a vida adulta, uma fase em que ele sai da adolescência e que entra na fase adulta, essa transição” (gestora do Programa da Atenção Integral à Saúde da Mulher). Também

ancorada nos argumentos da faixa etária, transição para a vida adulta e afirmação da identidade, a gestora concebe ser jovem nos seguintes termos: “Juventude é a partir da adolescência, dos 13 anos até os 25 anos quando se dá a inserção no mercado de trabalho, quando ele já está sendo preparado (...) é a fase do primeiro emprego, do lúdico, onde o jovem está buscando sua própria identidade e um papel dentro da sociedade” (gestora da Rede de Atenção às Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência). Cabe ressaltar, ainda, que as mudanças da realidade têm alterado, no campo da saúde, as concepções acerca do que significa ser jovem, como pontua uma das gestoras:

Na saúde, a gente tem o costume de trabalhar muito com a faixa etária dos adolescentes, então a juventude é um tema novo. Então, agora começamos a trabalhar esse tema que é a ampliação da faixa etária que a gente trabalhava. (...) a gente percebeu que algumas questões da saúde acabam perpassando a faixa do adolescente. Essa questão corporal, da mudança dos valores que a gente precisa atender. (Gestora do Programa de Saúde do Adolescente)

Considerações gerais

Em relação às concepções que informam ou alimentam as ações públicas emergentes no campo da juventude, é possível alinhar certas observações. Há uma diversidade de concepções na forma de os gestores compreenderem a temática, tanto no que se refere aos municípios estudados quanto às áreas de saber e de intervenção. Um traço comum está presente nos diferentes discursos científicos do campo da ciências humanas: as concepções de juventude são histórica e socialmente determinadas. Diferenciam-se, porém, em razão das práticas e da natureza dos campos e subcampos de saberes. Identificam-se concepções originárias de campos tradicionalmente permeados por práticas políticas clientelistas, em geral, crivadas por interpretações do senso comum, naturalizadas, em que a juventude é percebida como fase da vida associada a riscos e a problemas sociais e, nessa perspectiva, o papel do poder público é dar proteção, em forma de tutela. Nesse caso, a matriz que informa as ações, os programas e os projetos é a filantropia nas suas diversas matizes de assistencialismo. Demarca os projetos e programas de transferência de renda do governo federal a concepção de que os agrupamentos juvenis, oriundos das camadas populares, devem ser passíveis de intervenção assistencial, e o binômio *risco e proteção* para produzir a inclusão social é recorrente nos discursos dos gestores e mediado pela legalidade do ECA. No campo da assistência social, aparece, de forma diferenciada, o significado do espaço da família como *locus* de investimento para a reintegração do jovem. De um lado, está presente a

concepção da família entendida como instituição em processo de mudança, mas desintegrada e moralmente incapaz de promover um jovem ajustado. Nesse caso, há o entendimento de que a família é o espaço por excelência no qual se exercita a tarefa de formação do jovem, entretanto, por encontrar-se *desintegrada*, compete ao poder público fazê-lo. De outro, emerge de uma concepção que, de certa forma, rompe com a visão moralista de família convencional e compreende o jovem como sujeito de direitos, mas reforça a necessidade de o jovem subsumir-se à lógica de um núcleo de relações vicinais. Esta concepção preserva a família como instância assistencial e educativa prioritária e a qual o poder público deve proteger.

No campo da cultura e da educação, resguardadas as diferenças entre os municípios, é possível identificar a concepção de que ser jovem está associado às potencialidades de mudanças, à liberdade, ao processo de formação, à capacidade de transgredir, ousar, etc. Em relação ao que se convencionou chamar na pesquisa de *nova institucionalidade* (assessoria/superintendência da juventude), há diferenças substanciais na forma de conceber o jovem em duas cidades da região metropolitana que possuem organismos dessa natureza. Na cidade de Trindade, prevalece a idéia de eventos, de mobilização dos jovens para *conscientizá-los* e *direcioná-los* contra o uso de drogas e a violência, ou então, *semear consciência*, difundindo valores políticos de acordo com os interesses dos governantes. Na fala dos gestores ligados à assessoria da juventude de Goiânia, identificam-se novas concepções sendo gestadas, próximas do campo acadêmico: compreendem a condição juvenil como diversa, plural, complexa, e formulam interpretações mais elaboradas acerca do sentido de transversalidade que a política pública juvenil deve ter para contemplar os diferentes segmentos.

As concepções de juventude constituem, portanto, elementos significativos na orientação das práticas sociais coletivas, e portanto, educacionais, tomadas como objeto de discussão neste estudo. A realidade sinaliza a importância de implementar uma maior reflexão sobre o conjunto de ações públicas destinadas aos segmentos juvenis, que possa apontar caminhos politicamente mais consistentes para o atendimento às demandas, pois, afinal,

qualquer situação que precise ser objeto de intervenção, mediante decisões vinculadoras para toda a sociedade, necessitará, por força, ser expressa como um *problema político* e, portanto, instalar-se na esfera pública como um *conflito* ou *demanda* que afeta, de certa forma, a *convivência social*, envolvendo *atores sociais relevantes* com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental, dentro da institucionalidade vigente ou fora dela. (Abad, 2003, p. 15, grifos do autor)

Referências bibliográficas

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/ Ação educativa/ Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 7-32.

AGENDA 21: Goiânia, subsídios 2002/2003. Goiânia: ARCA Goiás; Universidade Católica de Goiás (UCG); Secretaria Municipal de Planejamento (Seplam). jul. 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 8 dez. 2004.

ESTEVAM, Luis. A economia política em Goiás. *Estudos*, Goiânia, v. 27. n. 3, p. 455-567, jul./set. 2000.

GOIÁS. Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan-GO). Disponível em: <<http://www.portalsepin.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*. Campinas, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LEFEVRE, Henri. *La presencia y la ausência: contribución a la teoria de las representacions*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1983.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/ Ação educativa/ Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 57-75.